



Transparência e Acesso à Informação

Luíza Galiazzi Schneider

Coordenação-Geral de Recursos de Acesso à Informação
Ouvidoria-Geral da União







Acesso à Informação é Direito Fundamental

"Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo OU geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado."





Legislação

- Lei nº 12.527/2011
- Decreto nº 7.724/2012
- Decreto nº 7.845/2012
- Portaria nº 1.254/2015





Lei nº 12.527/2011

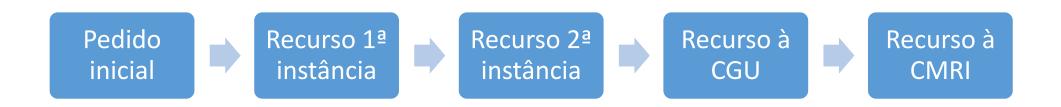
- Observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção (princípio da máxima divulgação);
- Fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública;
- Vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.





Lei nº 12.527/2011

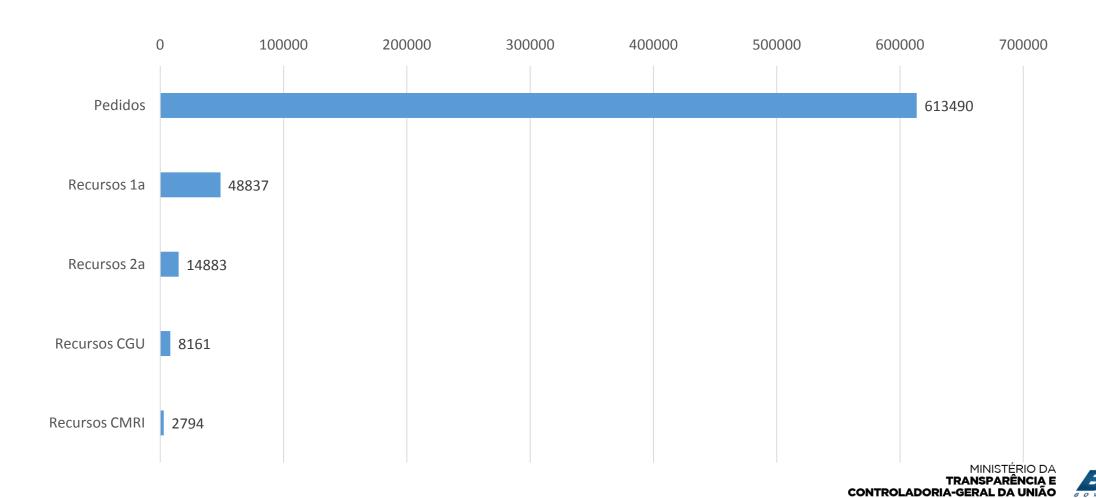
- 06 anos de vigência, aproximadamente 610 mil pedidos de acesso à informação interpostos no e-SIC;
- Prazo médio de resposta do Poder Executivo Federal: 14,25 dias.







Lei nº 12.527/2011 – Poder Executivo Federal







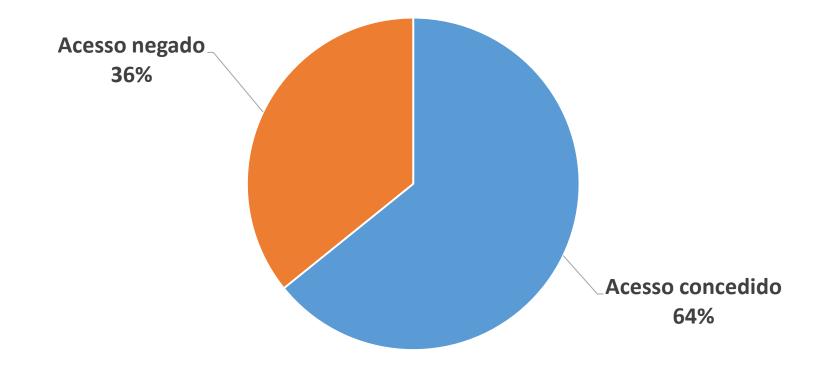
Papel da CGU

- Instância recursal (pedidos de acesso à informação e de abertura de dados);
- Capacitação de servidores;
- Monitoramento de prazos e procedimentos;
- Apoio a estados e municípios.





Recursos avaliados no mérito pela CGU (até abril/2018)







CGU como instância recursal – decisões pela perda do objeto (2017)

- Sugestões de veto realizadas pelos Ministérios ao Plano Plurianual 2016-2019 (Secretaria Geral/PR);
- Lista detalhada de viagens dos ex-presidentes Lula e Dilma a bordo de aeronaves oficiais (SECOM/PR);
- Pareceres de liberalização de transgênicos (MCTIC);
- Informações sobre jantar oferecido pelo presidente Michel Temer no Palácio da Alvorada (SECOM/PR);
- Dados financeiros de aeroportos (INFRAERO);
- Projeto Executivo de Passarela localizada na BR-040 (DNIT);
- Cópia dos processos de quarentena dos ex-Ministros do Governo Dilma Rousseff (Casa Civil/PR).





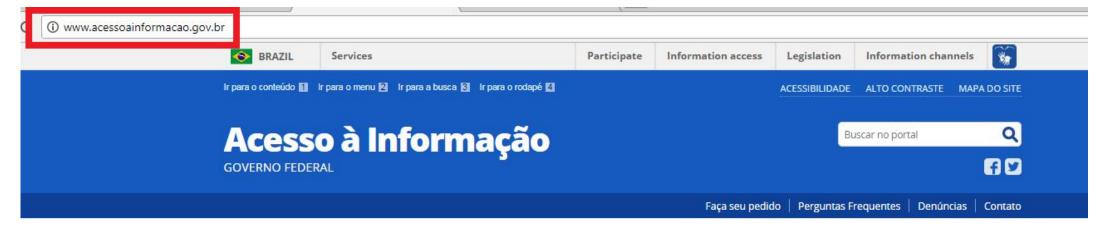
CGU como instância recursal – decisões pelo provimento (2017)

- Valores despendidos a título de remuneração compensatória (Caixa Econômica Federal);
- Lista nominal dos empregados aposentados no âmbito do Plano de Aposentadoria Incentivado (Eletrobrás);
- Informações sobre imóveis desapropriados no âmbito de Estação Ecológica (ICMBio);
- Relatório de auditoria de empresa pública (EMBRAPA);
- Abertura da Base de Dados do CNPJ (MF);
- Contratos de Patrocínio Esportivo (BB);
- Relatórios de Auditoria dos empreendimentos fiscalizados na "Operação Carne Fraca" (MAPA);
- Manuais dos Corretores de Redação do ENEM (INEP).



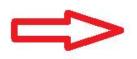
Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União







Confira as novidades recentes do e-SIC



Busca de Pedidos e Respostas da LAI

Lista de SICs

Banco de Precedentes: CGU e CMRI

LAI PARA CIDADÃOS

Busca de Pedidos







Acesso à Informação

GOVERNO FEDERAL

Busca Avançada

Busca de decisões da CGU e da CMRI

Busque aqui as decisões do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU), que assumiu, em 12 de maio de 2016, as atribuições da Controladoria-Geral da União, e da Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI) relativas aos recursos apresentados a essas instâncias no âmbito da Lei de Acesso à Informação. Para consultar decisões relativas a apenas uma das instâncias, selecione a opção desejada no filtro localizado abaixo do campo de pesquisa.

Pesquisa	
Órgão: Tipo de Decisao: Instância:	

MINISTÉRIO DA **Transparência e Controladoria-Geral da União**

Buscar





Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União







MINISTÉRIO DA **TRANSPARÊNCIA E**















Transparência e Acesso à Informação

Luíza Galiazzi Schneider

Coordenação-Geral de Recursos de Acesso à Informação
Ouvidoria-Geral da União

